

“Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável”



SOU MULHER
e NÃO MERCADORA

MULHERES ORGANIZADAS POR UMA
ECONOMIA FEMINISTA E SOLIDARIA

GT Mulheres do FBES

Outra economia somente será possível com a autonomia política e economia das mulheres.

As Mulheres e a Economia Solidária

Subsídio para o debate para a V Plenária Nacional de Economia Solidária.

A Economia Solidária no Brasil tem se fortalecido como um movimento de luta para a transformação do mundo. Esta proposição foi reafirmada na I e II *Conferência Nacional de Economia Solidária*, realizadas em 2006 e 2010, onde se definiu Economia Solidária como sendo “[...] geradora de trabalho emancipado, operando como uma força de transformação estrutural das relações socioeconômicas, democratizando-as, superando a subalternidade do trabalho em relação ao capital”. Define-se também, como um dos itens de trabalho emancipado, que abrange tanto a esfera do produtivo, quanto do reprodutivo. Caso contrário estaria excluindo parcela ativa, responsável pelo cuidado das pessoas, entre ela a maioria de mulheres.

A Economia Solidária traz como um de seus princípios fundantes a organização coletiva do trabalho. Esse princípio pressupõe a participação como essencial para o conhecimento dos processos cotidianos da prática laboral e corresponsabilidade de todas e todos com a gestão. Outra dimensão humanizadora é a relação solidária nas ações internas e externas, como base para a produção de um saber coletivizado e legitimado como de todas as pessoas.

As mulheres são a maioria na construção da Economia Solidária. Porém, a igualdade de participação entre homens e mulheres, em todos os seus espaços, ainda é um desafio a ser superado. Não podemos continuar reproduzindo a contradição, afirmando que as mulheres estão de fato em condição de igualdade, sendo que, no cotidiano da ação, isto não se reproduz.. Ainda é consistente uma condição de desigualdade entre homens e mulheres.

Esta realidade nos leva a refletir sobre qual tem sido a contribuição dos processos vividos, como sujeitos políticos na Economia Solidária, para construção de novas práticas de superação das desigualdades de gênero. Como as mulheres estão neste espaço? Que poder elas exercem, ou não? Como a atuação neste espaço tem provocado mudanças concretas em suas vidas? Por que e como a economia solidária pode contribuir para a superação das desigualdades vividas pelas mulheres?

O movimento da Economia Solidária pode representar uma alternativa para mudarmos este quadro de desigualdade entre homens e mulheres. Essa é uma tarefa cotidiana de quem acredita nesse novo jeito de organizar, produzir, comercializar e consumir, pois, a Economia Solidária é um caminho possível para pensar a divisão sexual do trabalho, segundo GUÉRIN (2005), se garantir uma abordagem feminista em todos os seus processos.

Um debate central para a construção do feminismo dentro da Economia Solidária é o questionamento e o rompimento com a divisão sexual do trabalho. Para isto é preciso ampliar o conceito de trabalho e compreender que as chamadas esferas da produção e da reprodução, não são separadas e independentes. Pelo contrário, são esferas articuladas.

Esta mudança na concepção perpassa por reconhecer o trabalho não remunerado e invisível, realizado pelas mulheres, que é fundamental para a sustentabilidade da vida humana. Contribui também para buscarmos políticas públicas de cuidados, como creches, restaurantes comunitários e lavanderias comunitárias que reduzam o trabalho doméstico, bem como a divisão deste com os homens, e, assim, garantir às mulheres, a construção da sua autonomia econômica e social.

Como a Economia Solidária se baseia em princípios contra hegemônicos, pode parecer mais fácil avançar no rompimento com a divisão sexual do trabalho, mas a realidade dos empreendimentos reproduz, na prática cotidiana, estas amarras. As mulheres se concentram em empreendimentos menos

valorizados e há uma naturalização do lugar das mulheres nos empreendimentos mistos. As mulheres são ainda são minoria nas direções e em outros espaços de decisão e, frequentemente, desempenham funções associadas às tarefas da esfera da reprodução.

Assim, o enfrentamento aos desafios colocados para a construção da Economia Solidária, com uma perspectiva feminista, passa por impulsionar que as mulheres rompam com o papel a elas colocado na sociedade e reproduzido nos empreendimentos, de modo que passem a assumir mais as tarefas de produção, comercialização, gestão financeira, negociação, incorporação das tecnologias, e que seja alterada a relação das mulheres com o crédito.

Um elemento fundamental da Economia Solidária, que estabelece relação direta de contribuição com a luta feminista, é a autogestão. Na construção da autonomia das mulheres, a autogestão pode nos levar à práticas de igualdade, garantindo às mulheres espaços de decisão e representação política.

Vale destacar as conquistas obtidas pela inserção da pauta das mulheres desde a IV Plenária de Economia Solidária, com a criação do Gt de Gênero, que em 2011 passou a ser um Gt exclusivo de auto-organização das mulheres, chamando-se Gt Mulheres do FBES. Tivemos a ampliação da participação das mulheres em espaços de coordenação e atuação política; o critério de participação de pelo menos 50% de mulheres representantes de empreendimentos e entidades nos fóruns, e ainda, da nossa maior integração com os outros movimentos sociais, principalmente dos movimentos feministas que abarcam a economia solidária como uma de suas bandeiras.

Neste sentido, nesta V Plenária Nacional da Economia Solidária, queremos contribuir para a realização do debate a partir da Economia Feminista, trazendo outra discussão para a Economia Solidária: a necessidade de colocar a reprodução humana na centralidade do debate econômico, envolvendo a divisão sexual do trabalho e a necessidade de construir valores sociais para “a produção do bem viver”.

Queremos também avançar em ações afirmativas no interior dos espaços de representação da Economia Solidária no FEES e FBES. É necessário também construir e fortalecer a auto-organização das mulheres, com GT's de discussão; elaboração e articulação de propostas de políticas com abordagem feminista, que garantam a alteração integração das esferas do trabalho produtivo e reprodutivo.

Portanto a Economia Solidária pode contribuir com a luta feminista, na medida em que cria condições de desnaturalizar à separação de público e privado, produtivo e reprodutivo – desconstruindo a divisão sexual do trabalho; recolocando o olhar para o trabalho do cuidado das pessoas como uma esfera mantenedora e relacionada ao mundo produtivo.

A presença do feminismo no movimento de construção da Economia Solidária, sem dúvida será determinante para construir, de fato, outra economia com base na igualdade e autonomia de seus sujeitos.

Bandeiras Políticas

As bandeiras políticas das mulheres partem de três eixos de atuação: **Resistência das mulheres trabalhadoras na luta pelo fim da opressão e exploração dos sistemas capitalista e patriarcal** destas trabalhadoras em luta por outro jeito de produzir, reproduzir e viver; **Denúncia das práticas de violência contra às mulheres e da mercantilização do seus corpos e exploração do seu trabalho** das práticas de exploração, machismo e desigualdade nas relações de gênero, e ainda, do fortalecimento das transformação das relações desiguais de gênero, raça e classe nas dimensões da vida: social, econômica, afetiva e política. **Anúncio** para a consolidação desta sociedade justa, solidária e sustentável, com base nas experiências de economia solidária, superando o patriarcado e o capitalismo.

Neste sentido, segue a estruturação das principais bandeiras políticas relacionadas a estes três eixos:

resistência, denúncia e alternativas:

Organização, Produção, comercialização e consumo solidário em sintonia com finanças solidárias e sustentabilidade.

A Economia Solidária propõe não apenas trocas mercadológicas de produtos, mas atua para processo de conscientização feito de forma participativa entre produtoras e produtores, consumidoras e consumidores, guiados pelo princípio da autogestão.

Garantir a articulação desses aspectos significa acreditar na construção de um instrumento concreto, que garanta que os princípios e valores presentes na organização dos/as trabalhadores/as permaneçam também nos momentos da produção, comercialização e consumo, como soberania alimentar: agroecologia; autonomia e preço justo. E ainda, na consolidação de experiências sustentáveis, que respeitam o meio ambiente, a biodiversidade e as relações humanas.

No caso particular de projetos produtivos da Economia Solidária desenvolvidos por mulheres, sabemos que a busca desse horizonte transcende a afirmação de princípios éticos, solidários e de igualdade de classe, expressados ao longo do processo de constituição deste movimento. Precisamos que as mulheres estejam presentes de forma real e concreta em todos os espaços, sendo sujeitos da ação e da construção dessa outra forma de fazer economia.

Na construção da proposta do PRONADES – Programa de Desenvolvimento da Economia Solidária, dedicamos um olhar especial para o fortalecimento das mulheres é extremamente necessário.

Neste sentido, precisamos encontrar caminhos e respostas, construindo ações de valorização do trabalho das mulheres, e neste sentido destacamos as seguintes propostas;

- Fortalecer a presença das mulheres nos espaços de produção, comercialização e consumo;
- Fortalecer a presença das mulheres nos espaços de tomada de decisão seja nos Fóruns, nos Conselhos, nos Grupos de Trabalho e outras instâncias;
- Garantir linhas de crédito para as mulheres urbanas, desburocratizar e ampliar o acesso ao crédito PRONAF Mulher, além da criação de compras institucionais específicas;
- Visibilizar a produção das mulheres;
- Construir formas de socializar as tarefas do cuidado das pessoas nos espaços da economia solidária, por exemplo, com cirandas solidárias e rotatividade de funções;
- Realizar ações de combate à violência contra a mulher e divulgar a Lei Maria da Penha nas organizações sociais mistas, além da construção de casa abrigo para mulheres em situação de violência, com mecanismos de atendimento humanizado, no campo e na cidade;
- Efetivar o cuidado e respeito à natureza em todas as etapas produtivas e no consumo;
- Fortalecer as redes produtivas e apoio aos mercados institucionais;
- Apoio para articulação política e auto-organização das mulheres da economia solidária;
- Garantir nas atividades da economia solidária recreadores responsáveis para cuidar das crianças de maneira a facilitar a participação das mulheres em eventos;
- Garantir instrumentos apoiados por políticas públicas que auxiliem na autonomia econômica das mulheres: cozinhas comunitárias, creches urbanas e rurais, lavanderias, núcleos de

produção de artesanato;

- Garantir equipamentos de ergonomia para as mulheres trabalhadoras, como cadeira, iluminação e segurança;
- Fundo nacional e estadual da Economia Solidária que faça o recorte de gênero e promova ações específicas para as mulheres;
- Titularidade da terra seja também decidida pelas e para as mulheres;
- Garantir uma assistência técnica adequada às experiências produtivas das mulheres.

Educação / formação e economia solidária

“ O FBES em sua metodologia, incorpora a participação, não como uma técnica, mas como uma estratégia fundante da valorização dos diversos saberes, superando, pela prática educativa, a separação entre trabalho manual, trabalho intelectual, trabalho produtivo e reprodutivo” (Relatório da II Oficina Nacional sobre Formação em ES)

É fundamental reconhecer que existem relações de poder entre mulheres e homens e que as mulheres ocupam um lugar de desvantagem na sociedade. Essa questão está baseada no pensamento patriarcal, pelo qual existe uma superioridade dos homens em relação às mulheres. É preciso desnaturalizar esse pensamento e isso deve passar por um processo de educação, visando acabar com as desigualdades e a opressão vivida pelas mulheres.

A educação para Economia Solidária deve contribuir para organização de novas formas de viver, produzir, comercializar, consumir e distribuir riquezas, gerando solidariedade, cooperação e igualdade de gênero. Deve ser libertadora e emancipadora e reconhecer as mulheres como sujeitos desse processo. A metodologia autogestionária, orientada pelos princípios da educação nos processos de decisão, seja no planejamento, na realização, na avaliação e na sistematização das atividades, deve ressaltar e estimular a autonomia das mulheres.

Portanto, é fundamental os seguintes pontos:

- Diagnósticos e estudos que incorporem as questões de gênero, analisando e desnaturalizando a divisão sexual do trabalho;
- Garantir, nos diagnósticos e mapeamentos da Economia Solidária, dados desagregados por sexo, raça e classe, de forma a permitir análises da realidade considerando as três dimensões como estruturantes das desigualdades. Valorização e sistematização dos saberes e tecnologia das mulheres;
- Visibilização e valorização do trabalho realizado pelas mulheres;
- Formação política para o fortalecimento e auto-organização das mulheres visando a transformação das desigualdades de gênero, raça e classe na sociedade., ()
- Combater a linguagem sexista e racista, oral e escrita em todos os documentos e discursos do FBES;
- Incluir o tema raça e gênero, como uma das dimensões estruturantes das desigualdades nos processos de educação;
- Educar para o compartilhamento do trabalho do cuidado das pessoas entre homens e mulheres,

desnaturalizando a divisão sexual do trabalho;

- Denunciar e desconstruir a cultura patriarcal e capitalista nas práticas da Economia Solidária;
- Garantir esses conteúdos na grade curricular nos processos de formação inseridos dos Centros de Formação de Economia Solidária (CFES);
- Garantir que a perspectiva feminista perpassasse todo o Plano Político Pedagógico dos CFES, abarcando todos os conteúdos a serem trabalhados;

Articulação com outros movimentos sociais

A integração de lutas e bandeiras é uma pauta presente do FBES e que também se soma no avanço da bandeira das mulheres da economia solidária, tanto na pauta política, quanto na ação conjunta, por exemplo, com ANA (Articulação Nacional de Agroecologia), AMB (Articulação de Mulheres Brasileiras), MMM (Marcha Mundial das Mulheres), FBSSAN (Fórum Brasileiro de Segurança e Soberania Alimentar), MMC (Movimento de Mulheres Camponesas), além de movimentos e articulações internacionais.

Visibilidade e comunicação com a sociedade

A atuação com o tema do feminismo para fora do movimento de economia solidária também é uma ação estratégica já realizada, visto que estamos ampliando a luta de transformação da sociedade, que pode ser fortalecida em conjunto com os outros movimentos sociais e com instrumentos educativos como o teatro, atividades culturais, feiras e formação, assim como nos materiais de divulgação e produção de conhecimentos.

Organização Nacional do Grupo de Trabalho das Mulheres

O tema de gênero e das mulheres surge com mais força na economia solidária no período da IV Plenária, a dificuldade de inserir o tema como um dos eixos de debate e sua invisibilidade no documento final trouxe a visualização da necessidade de organização interna, levando o tema para as bases e na organização nacional do FBES. Ainda é diagnosticada uma grande dificuldade de inserção no tema nos fóruns de economia solidária e de encará-lo como tema estruturante. É como se o fato do movimento ter a maioria de mulheres as questões de igualdade de gênero, PATRIARCADO e machismo estivessem resolvidas. Os problemas enfrentados pelas mulheres tem que ser entendidos como algo que é público e portanto político e não apenas questões das mulheres..

Desta forma, é fundamental a apropriação, o debate e a proposição sobre o tema das mulheres, que terá impulso com a criação de grupos de trabalho das mulheres nos fóruns estaduais, que somam ação, pauta e representação para o Gt Nacional. Um dos desafios nesta estruturação, comum para o FBES, é na sustentabilidade da sua dinâmica e realização de encontros. Mas a economia solidária traz a novidade de uma nova forma de gestão, produção e reprodução que tem que avançar na sua própria manutenção enquanto um movimento nacional organizado e na criatividade de formas de comunicação e interação.

Somos então desafiadas (os) enquanto pessoas a buscar o bem viver entendido como as condições humanas, justas e solidárias necessárias para a produção e reprodução da vida, portanto é necessário garantir a relação com todas as dimensões do viver: social, afetiva, econômica, política e ambiental, incorporando como as questões de gênero, raça e classe, como estruturadoras para vivenciarmos uma outra sociedade.